



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

OFÍCIO N.º 025/2015 – SMA/DICOL

Patos de Minas, 13 de julho de 2015.

ASSUNTO: ESCLARECIMENTO/SOLICITAÇÃO (FAZ)

REF.: ANÁLISE DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2015.

Prezado Senhor,

Venho por meio deste esclarecer sobre os preços ofertados no Pregão Presencial n.º 029/2015 cujo objeto é a **FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO, JANTAR E REFEIÇÃO) ACONDICIONADA EM MARMITEX.**

Considerando os questionamentos apresentados no ofício n.º 049/2015-CPL, a Diretoria de Suprimentos e Bens Patrimoniais realizou diligência em algumas Prefeituras da região para averiguar o preço praticado do serviço objeto ora licitado, cujos valores apurados seguem abaixo:

PREFEITURA	EMPRESA CONTRATADA	VALOR CONTRATADO
UBERLÂNDIA	NUTRI REFEIÇÕES COLETIVA LTDA	<ul style="list-style-type: none">• R\$12,05 (700G)• R\$10,40 (380G)
LAGOA FORMOSA	CLÉRIO VICENTE DE CASTRO – RESTAURANTE	<ul style="list-style-type: none">• R\$10,50 (380G)

Analisando-se os autos juntamente com a pesquisa realizada verifica-se que o valor do licitante vencedor em todos os itens está muito acima do valor de mercado.

Diante disso, sugiro que o processo licitatório - Pregão Presencial n.º 029/2015 seja revogado. Considerando que, no caso em tela a modalidade de licitação realizada foi o pregão, onde não houve adjudicação pelo pregoeiro no qual também tem competência para tal ato, posteriormente deverá a autoridade competente realizar a homologação. Porém cabe a autoridade competente antes de homologar a licitação verificar se os preços a serem contratados estão condizentes com o mercado.

O Tribunal de Contas da União assim se manifesta:

“Certifique-se, quando da adjudicação do bem licitado, que o preço ofertado é compatível com os praticados no mercado, sem prejuízo de averiguar, no caso de compras, se aquele reflete a economia de escala derivada do porte do pedido e de suas condições favoráveis de pagamento, com vistas a assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração, em consonância com o disposto no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993. Acórdão nº 168/2009 – Plenário” (destacou-se).

“Abstenha-se de homologar procedimentos licitatórios, inclusive por meio de dispensa, cujos preços constantes de cada proposta estejam superiores, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou, ainda, com os constantes do Sistema de Registro de Preços, promovendo a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis, conforme o art. 43, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993. Abstenha-se de executar despesa antes da homologação do



Município de Patos de Minas
Secretaria Municipal de Administração

procedimento licitatório e da respectiva publicação na imprensa oficial, conforme o art. 3º da Lei nº 8.666/1993. Acórdão nº 2.387/2007 – Plenário” (destacou-se).

Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a lei de licitações e contratos administrativos, p. 43, sobre o tema assim se manifesta:

“[...] A Administração pode concluir que, na licitação, havia uma proposta que era a melhor de todas. Por isso homologa o resultado encontrado pela Comissão. Se concluir que a proposta, embora a melhor dentre as formuladas, não era suficientemente interessante para a Administração, deverá revogar a licitação”.

A Autoridade Competente para a aprovação de procedimento licitatório pode revogar a licitação se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, em razão de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou anular a licitação, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Outro fator que justifica a revogação do certame é em relação ao acúmulo do percentual do Índice Geral de Serviços (IPC) – Alimentação referente ao período de junho de 2014 a julho de 2015, representando um acréscimo de 11,52%, conforme demonstrado no ofício nº 049/2015 – CPL.

Sendo que, reza o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, que a licitação busca a proposta mais vantajosa para a Administração, onde o princípio da economicidade previsto do art. 70 da Constituição Federal é implícito no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 que em síntese significa que se espera resultados com o menor custo possível, princípio este que deva ser apreciado no caso em tela, além do interesse público, o que justifica a revogação da presente licitação.

Nessas condições, a revogação do Pregão Presencial nº 029/2015, a fim de atrair mais competidores e selecionar a proposta mais vantajosa, se revela a opção mais vantajosa para o Município de Patos de Minas.

Respeitosamente,

Mônica Ramos de Oliveira Barcelos
Diretora de Suprimentos e Bens Patrimoniais

Ilmo. Sr.
Pêrsio Ferreira de Barros
Secretário Municipal de Administração
NESTA